



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638612 - SP (2021/0001392-5)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO ALVES FURTADO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO ALVES FURTADO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0005835-38.2020.8.26.0496).

O paciente cumpria pena de 13 anos, 8 meses e 8 dias de reclusão pela prática de dois roubos duplamente majorados e corrupção de menores, com término de cumprimento previsto para 30/7/2029, e teve deferido o benefício do livramento condicional pelo Juiz da execução.

O órgão ministerial interpôs agravo em execução no Tribunal de Justiça, que deu provimento ao recurso para cassar o benefício, determinando a realização de novo exame criminológico.

Sustenta a impetrante que o paciente faria jus ao deferimento do livramento condicional, sendo desnecessária a realização de um segundo exame criminológico para a concessão da benesse, haja vista o preenchimento dos requisitos subjetivos específicos já aferidos em exame anterior.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que seja deferido o benefício anteriormente concedido ao paciente, cassando-se a decisão que determinou a realização de novo exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que os motivos explicitados para afastar a benesse concedida mostram-se, em princípio, idôneos, e pautados nas particularidades do caso concreto (fls. 27-28).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente